

ACTA Nº 2/2000

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2000:

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil, nesta cidade de Esposende e Auditório da Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência do senhor António Fernandes Ribeiro, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma.

A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Primeiro Secretário da Mesa, respectivamente, Manuel Mariz Neiva e, verificando-se a ausência do Segundo Secretário, pelo Presidente da Mesa foi proposto que o lugar fosse preenchido pelo membro Manuel Ferreira Vieira, que foi aceite por unanimidade dos presentes.

Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia: Agostinho Penteado Neiva, Juvenal da Silva, Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, Rui António Ferreira de Agonia Pereira, António Maranhão Peixoto, José Luis Correia de Azevedo, José Agostinho Veloso da Silva, Carlos Alberto Fernandes Ribeiro Pereira, Manuel Ferreira Vieira, Manuel Carlos Alves Matos Ferreira, Manuel Enes de Abreu, Álvaro Manuel Oliveira Maio, José do Paço Lopes, João Augusto Pinto Vilarinho Rodrigues, Victor Manuel da Silva Faria, Otilio Fradique dos Santos Hipólito, Manuel Fernando Lima Meira Torres, José Maria Eiras Azevedo, José Artur Saraiva Marinho, José Carvalho da Mota, Sílvio de Azevedo Abreu, Fernando Pereira Marques, Jorge Humberto Sousa e Silva, Abílio Cepa Cerqueira, Mário Neiva Losa, Carlos Alberto Gomes de Faria, António Carlos Vieira da Silva e verificou-se, ainda, a presença de João Monteiro Ferreira Pérola, Secretário da Junta de Freguesia de Esposende, devidamente mandatado para o efeito, em substituição de José Eduardo de Sousa Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende.

Sendo nove horas e cinquenta minutos, verificando-se haver "quorum" para o funcionamento da Assembleia, pelo senhor Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Fernando João Couto e Cepa, em representação desta.

Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: José Baltazar de Matos, Francisco Xavier Maio Pereira de Sousa, António de Sousa Cepa, José Gualdino Baptista da Silva e António Manuel Ferreira Vilaça.

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelo Presidente da Mesa foi proposta a admissão para discussão e votação de proposta de redução de tarifário dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que foi aceite por unanimidade dos presentes e será incluído na ordem de trabalhos.

Foi presente, pelo grupo do Partido Social Democrata e que foi subscrito por todos os grupos partidários presentes neste órgão, a seguinte proposta de Voto de Pesar: "O Grupo Parlamentar do PSD nesta Assembleia apresenta um Voto de Pesar pelo recente falecimento do senhor Manuel Pinheiro Neiva, pai do digníssimo Secretário da Mesa desta Assembleia Municipal, Dr. Manuel Mariz Neiva." Seguem-se data e assinaturas:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE VOTO DE PESAR E DA PRESENTE DAR CONHECIMENTO À RESPECTIVA FAMÍLIA.

De seguida verificaram-se as seguintes intervenções:

Juvenal Silva referiu-se às condições deste auditório para o uso da palavra por parte dos elementos deste órgão e procedeu à leitura da seguinte declaração política: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Presidência da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta ilustre Assembleia, Minhas Senhoras e meus senhores: Quisera eu redimir em nome desta distinta Assembleia que ao invés do ano transacto, com pompa e circunstância, comemorou o vigésimo quinto aniversário do 25 de Abril, sem a nossa participação, o olvido propositado ou não, de sessão comemorativa de tal data este ano. Terá sido, mercê da vergonhosa actuação censória a que a representação do P.S. foi alvo? Terá sido por arrependimento democrático que a maioria desta Assembleia, resolveu esquecer tão importante data? Ou continua na linha do antigo Presidente ao afirmar que o 25 de Abril já passou há muito tempo? Senhor Presidente, minhas senhoras, meus senhores, Comemora-se este ano os quinhentos anos do descobrimento do Brasil. Esposende, a terra e o concelho que representamos, tem fortíssimos laços com este grande país, pois nele reside ainda grande parte da sua população. Desde muito cedo, talvez mesmo no dealbar do seu conhecimento, que os esposendenses se habituaram a ter como destino privilegiado e quase único as terras de Vera Cruz. Desde ilustres pilotos da chamada carreira do Brasil, pagos pela coroa, até simples marinheiros, lavradores, artesãos e clérigos, estas terras deram à nova nação notáveis cidadãos. À riqueza e prosperidade do país irmão, correspondia um surto de desenvolvimento e progresso, trazido pelo dinheiro dos 'brasileiros' que aqui o investiam. Hoje ainda se podem ver pelo concelho as casas apalaçadas e as recordações dos grandes beneméritos que foram exemplos do amor ao torrão natal. Em 22 de Abril de 1500, Pero Vaz de Caminha, relata a chegada da armada de Cabral. Em 28 de Abril de 2000, quinhentos anos e seis dias depois, o Partido Socialista de Esposende, pergunta porque é que esta Câmara se alheou de tão importante data, tendo obrigação de saber da íntima relação entre Esposende e o Brasil. Nós socialistas, suprimo a

grave falha da maioria, aproveitamos este momento para singelamente saudar e homenagear o grande país irmão e o seu povo." Seguem-se assinaturas.

Relativamente a esta intervenção o Presidente da Mesa deu autorização para o uso da palavra ao senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Manuel Albino Penteado Neiva, que informou da existência de uma exposição patente ao público no Museu Municipal alusiva às comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil. Mais referiu diversas iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos e respeitantes ao Brasil e sua relação com Esposende.

Usando novamente da palavra, Juvenal Silva informou desconhecer a realização do evento manifestando, no entanto, o seu agrado pela iniciativa.

Álvaro Maio apresentou o seu lamento por o município de Esposende não ter tomado qualquer iniciativa sobre as comemorações do 25 de Abril. Mais se referiu ao funcionamento da Comissão de Geminação, que, no seu entender, não apresenta qualquer informação sobre as suas actividades.

O Presidente da Mesa, relativamente às comemorações do 25 de Abril, referiu que estas unicamente se verificaram na passagem dos seus vigésimo e vigésimo quinto aniversários. Sugeriu que futuramente, tal evento seja comemorado anualmente, desde que seja devidamente dinamizado junto da população jovem do município.

Relativamente à questão levantada sobre a Comissão de Geminação, usou novamente da palavra o senhor Vereador Dr. Albino Neiva, que explicou o modo de funcionamento da mesma comissão e de diversas iniciativas desenvolvidas.

Álvaro Maio sugeriu que a Comissão de Geminação apresente no início e no fim de cada ano, de plano de actividades e relatório, respectivamente.

José Luis Azevedo questionou se a Empresa Pública Municipal Esposende 2000 já cumpriu o estipulado legalmente, nomeadamente sobre a publicação das contas respectivas.

O Presidente da Mesa respondeu à questão, informando desconhecer se foram ou não publicadas as referidas contas.

Manuel Enes de Abreu questionou sobre a construção de prédio em terreno sito junto à Av^a da Igreja, na freguesia de Marinhas, deste concelho, manifestando o seu desagrado sobre a arquitectura do mesmo e referiu ter dúvidas sobre a área efectiva do terreno, área de construção e área cedida ao domínio público.

Entretanto, o Presidente da Mesa comunicou que relativamente a este assunto, não participaria na sua discussão, atendendo ao facto de ser sócio da empresa promotora do empreendimento. No entanto, o plenário manifestou a sua permissão para que sucintamente prestasse alguns esclarecimentos, que foram prestados.

Relativamente à questão das áreas, o senhor Presidente da Câmara informou que se tratam de pormenores meramente técnicos.

Sobre este assunto, usaram ainda da palavra, os membros Agostinho Silva, Juvenal Silva e Mário Losa.

Agostinho Neiva referiu-se à visita ao nosso concelho de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária e disse ter conhecimento de que o mesmo não visitará os Paços do Município por, conforme consta, a Câmara Municipal não o pretender.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Foi presente a informação escrita do senhor Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre diversas questões levantadas no período de antes da ordem do dia.

Sobre a visita do Senhor Secretário de Estado, informou que a Câmara Municipal já solicitou há algum tempo, uma reunião com o referido elemento do Governo, não tendo sido até agora marcada qualquer data. Mais informou só ontem ter tomado conhecimento do programa da visita e que sugeriu ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado que a recepção decorresse nos Paços do Município, sugestão que não teria sido aceite pelo mesmo gabinete.

Relativamente à informação escrita, que foi distribuída, prestou esclarecimentos mais pormenorizados sobre os assuntos constantes da mesma.

Usaram da palavra os seguintes elementos:

José Luis Azevedo questionou sobre os lugares de estacionamento reservados à Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende; sobre a publicação da contas da Empresa Pública Municipal Esposende 2000; apresentou o seu lamento sobre o modo como foi tratado o programa da visita do Senhor Secretário de Estado, afirmando que se deve verificar uma relação de equilíbrio entre as instituições; solicitou esclarecimentos sobre as respostas transmitidas à Inspeção Geral da Administração do Território, relativamente ao relatório da sua inspeção. Mais questionou sobre a localização da futura central de camionagem; sobre o agrupamento vertical de escolas, recentemente instituído, o qual, conforme disse, será demasiado grande devido às muitas escolas englobadas. Sugeriu que seja tida em conta e

devidamente analisada a localização da futura escola E B a construir na parte norte do concelho. Questionou, ainda, sobre a Escola Amorim Campos, nomeadamente da volumetria da sua ampliação.

Álvaro Maio questionou sobre a informação respeitante ao ambiente e lembrou que nesta Assembleia funciona uma Comissão Ecológica, que deveria ter a sua participação nas iniciativas do município sobre o ambiente; questionou sobre a situação de loteamento na freguesia de Marinhas e sobre o qual recentemente o tribunal tomou uma decisão; sobre o caudal ecológico do Rio Cávado; sobre a transferência de verbas para obras já realizadas pelo município que deveriam ser comparticipadas pelo Estado; e sobre a fiscalização dos cursos de água, nomeadamente do Rio Cávado.

Juvenal Silva apresentou a sua opinião sobre o relacionamento da Câmara com os membros do Governo, afirmando constatar que não será tão precário como tem sido afirmado. Referiu-se ao caudal ecológico do Rio Cávado e comentou o relatório anexo à informação escrita em apreço; mais se referiu à Empresa Águas do Cávado e à entrada do município de Esposende no sistema multimunicipal de saneamento.

António Carlos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, questionou sobre se a Câmara Municipal tem conhecimento de haver intenção do Governo em construir uma ligação da Estrada Nacional 103 ao Itinerário Complementar 1.

Rui Agonia comentou sobre os critérios da Câmara na aquisição de obras de arte, nomeadamente esculturas e aos critérios que devem presidir na selecção da toponímia, sugerindo que esses critérios sejam muito claros. Mais se referiu à situação da praia de Apúlia e manifestou a sua opinião sobre a forma como devem decorrer os relacionamentos com os membros do governo e com os munícipes em geral.

Ausentou-se definitivamente da sessão Carlos Ferreira, depois de devidamente autorizado.

Víctor Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Antas, questionou sobre a visita do Senhor Secretário de Estado do Ambiente ao concelho.

A todas as questões respondeu e prestou esclarecimentos o senhor Presidente da Câmara.

Ausentaram-se da sessão Jorge Humberto e Carlos Ferreira, este último definitivamente, depois de devidamente autorizado.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos:

03.01 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RESPEITANTE AO ANO DE 1999 – PROPOSTA:

Foi presente o relatório de actividades e conta de gerência dos serviços municipalizados de água e saneamento, respeitante ao ano de mil novecentos e noventa e nove, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante:

O senhor Presidente da Câmara explicou o teor da proposta:

Usando da palavra, o membro Álvaro Maio questionou sobre a influência dos fundos comunitários no resultado apresentado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; sobre a fiscalização do consumo de água e verificação de contadores. Mais questionou sobre determinadas rubricas que não se encontram, na sua opinião, devidamente apresentadas.

Às diversas questões respondeu o senhor Presidente da Câmara.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE VOTOS A FAVOR, QUATRO VOTOS CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RESPEITANTES AO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE.

AGOSTINHO NEIVA MANIFESTOU A SUA INTENÇÃO DE APRESENTAR DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE AS CONTAS DE GERÊNCIA, AQUANDO DA VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS SEGUINTE.

JUVENAL SILVA APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "Votamos contra! A má gestão dos S.M.A.S. agrava-se de ano para ano, parecendo indisfarçável que a maioria está apostada em criar uma situação caótica para justificar o desmantelamento dos S.M.A.S. e entregar os respectivos serviços a uma empresa provada. O nível de execução dos objectivos, quer na água, quer no saneamento, rondou os cinquenta por cento, o que é uma taxa inaceitável para obras em curso há vários anos e algumas já deviam estar concluídas, o que demonstra bem a sua incompetência. O relatório e conta de gerência dos S.M.A.S. do ano de 1999, inicia-se com um paradoxo e absurdo despacho do Presidente da Câmara Municipal. De facto, verifica-se que no ofício dos S.M.A.S., datado de trinta de Março de dois mil, a remeter a conta de gerência aprovada em reunião extraordinária do Conselho de Administração desse mesmo dia, e entrado na Câmara com carimbo de trinta e um de Março de dois mil, tenha obtido despacho de aprovação do Presidente, com a data 'dois mil ponto zero três ponto vinte e

um', o que é alarmante e demonstrativo da irresponsabilidade com que o presidente da Câmara age em tão importantes assuntos. O documento apresentado, apesar de conter sessenta e nove páginas, não exprime a realidade dos S.M.A.S. e é omissivo em certos dados, de capital importância, para se analisar a situação dos mesmos. Assim, o relatório na página doze, afirma no quarto parágrafo o seguinte: 'É de salientar o facto de a maior parte dos custos dizerem respeito a encargos fixos de funcionamento que não acompanham proporcionalmente a evolução das receitas (sic)'. E que encargos fixos são esses? São encargos resultantes da irresponsável alteração efectuada ao quadro que aumentou assustadoramente o respectivo número de funcionários em geral e de chefias em particular. Como o P.S., em tempo alertou, começa-se a pagar a factura... Não há controlo na gestão de pessoal. Mas também não há uma gestão da água comprada e bombada e nomeadamente da água fornecida aos utentes. Na verdade, o relatório não fornece nem indica qual o custo do metro cúbico de água aos S.M.A.S. e qual o custo do metro cúbico de água vendido pelos S.M.A.S. Não fornece também, os custos de perdas de água, da água comprada e bombada, etc, etc, elementos fundamentais para se avaliar a gestão e administração dos S.M.A.S. Na página cinquenta e oito, o mapa de Activo Bruto, não é acompanhado de uma listagem individual do mesmo activo. Assim o que está apresentado é igual aos balancetes, não trazendo qualquer informação suplementar, o que não permite um conhecimento cabal da situação. O mesmo se pode dizer da página cinquenta e nove, no mapa de Amortizações e Provisões. Desse modo, o relatório não traduz efectivamente a situação dos S.M.A.S., constituindo um amontoado de folhas, de um Balancete analítico, sem qualquer documentação de apoio. Por exemplo: Rubrica 'Bocas de Incêndio'. Esta conta apresentava a seguinte situação nos anos de mil novecentos e noventa e sete: valor activo dois milhões quatrocentos e noventa mil seiscentos e doze escudos; valor amortizações dois milhões quatrocentos e noventa mil seiscentos e doze escudos; ano de mil novecentos e noventa e oito: valor activo dois milhões seiscentos e setenta e um mil cento e cinquenta e seis escudos; valor amortizações dois milhões seiscentos e setenta e um mil cento e cinquenta e seis escudos; diferença cento e oitenta mil quinhentos e cinquenta e quatro escudos; ano de mil novecentos e noventa e nove: valor activo dois milhões setecentos e vinte e sete mil setecentos e oitenta e seis escudos; valor amortizações dois milhões seiscentos e setenta e seis mil oitocentos e dezanove escudos; diferença cinquenta e seis mil seiscentos e trinta escudos. No ano de mil novecentos e noventa e oito a diferença de valores é de Escudos cento e oitenta mil quinhentos e quarenta e quatro escudos. A taxa de amortização é de dez por cento e o método de amortização é o das 'quotas constantes'. Assim o valor da amortização de mil novecentos e noventa e oito é igual a cento e oitenta mil quinhentos e quarenta e quatro escudos vezes dez por cento igual a dezoito mil e cinquenta e quatro escudos. O valor inserido nas contas foi de cento e oitenta mil quinhentos e cinquenta e quatro escudos, havendo por isso um erro de cento e sessenta e dois mil quatrocentos e noventa escudos. No ano de mil novecentos e noventa e nove o valor da amortização foi de cinquenta e seis mil seiscentos e trinta escudos vezes dez por cento igual cinco mil seiscentos e sessenta e três escudos, o que está certo. Como foi calculado o valor a acrescentar a esta rubrica no mês de Dezembro

passado em termos contabilísticos? Analisando o relatório, e tendo em conta os antecedentes, pode concluir-se que este valor foi aleatoriamente calculado e não em função das bocas de incêndio instaladas. Por falta de elementos, não podemos comparar os valores de mil novecentos e noventa e oito com os valores de mil novecentos e noventa e nove relativos a ramais de água, como, também não podemos comparar os valores de ramais e redes de saneamento. Os documentos apresentados anexados à Conta de Gerência, não possuem cabeçalho para melhor leitura e análise, pelo que deviam, no mínimo, incluir um separador ou folha, com a indicação de cada tipo de documento. Não é apresentada relação ou inventário do património, com os respectivos valores, para avaliar se os mesmos correspondem aos inscritos nos balancetes. Refere a página trinta a conta sessenta e quatro dois um três – Trabalho Extraordinário no montante de Escudos dois milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e oitenta escudos. Em quê? Como? Para fazer o quê? Na página vinte e quatro, conta trinta e oito dois – Regularização de existências é mencionado o valor de Escudos três milhões trezentos e quarenta mil setecentos e trinta e um escudos. Será que este valor corresponde à venda – como sucata – de material em estado de novo, existente em armazém? Se assim for, em que rubrica se encontra a diferença do valor do material em armazém e o preço alegadamente pago pelo sucateiro? Houve prejuízo ou lucro nessa operação? Mais! A rubrica quarenta e quatro oito dois zero dois Adiantamentos por Conta apresenta o seguinte saldo: débito quarenta milhões quinhentos e cinquenta mil escudos; crédito quarenta e um milhões duzentos e noventa e nove mil e quinhentos escudos; saldo menos setecentos e quarenta e nove mil e quinhentos escudos. Trata-se de algo incompreensível, porquanto estas contas só podem apresentar saldos devedores e não credores. De facto, como é possível, ter-se adiantado quarenta milhões quinhentos e cinquenta mil escudos e receber-se quarenta e um milhões duzentos e noventa e nove mil e quinhentos escudos, quando não há direito a juros? Esta situação é emblemática da falta de credibilidade das contas apresentadas, da caótica e incompetente gestão desta maioria. Apresentam ainda as contas um lucro líquido de Escudos cinquenta milhões trezentos e quatro mil setecentos e vinte e quatro escudos e cinquenta centavos. Tendo em consideração o que já foi dito, e atendendo à falta de rigor existente, como poderemos considerar como verdadeiro este saldo? Finalmente, e para além dos inúmeros casos acima mencionados, e outros que não referimos, deixamos alguns exemplos da falta de seriedade das contas e do respeito devido pelo senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, já que não só é o Presidente do Conselho de Administração dos S.M.A.S., como foi ele que as homologou. Na página quarenta e sete, na rubrica 'Equipamento Administrativo' surge a conta quarenta e dois seis zero nove designada como Ar Condicionado, com o valor de duzentos e oitenta mil escudos, e logo a seguir aparece a conta quarenta e dois seis um seis também designada como Ar Condicionado, com o valor de cento e oitenta e um mil quatrocentos e sessenta e sete escudos. E os telemóveis? Surgem na conta quarenta e dois seis um sete como Telemóvel Ericsson, e logo aparecem na conta quarenta e dois seis dois três como telemóveis. Por todas estas razões temos a obrigação de votar contra, lançando um repto: faça-se uma auditoria urgente às contas dos S.M.A.S." Seguem-se assinaturas.

Regressou à sessão o membro Jorge Humberto e ausentaram-se definitivamente da sessão o Primeiro Secretário da Mesa, Manuel Mariz Neiva e Manuel Enes de Abreu, depois de devidamente autorizados.

03.02 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL, RESPEITANTE AO ANO DE 1999 – PROPOSTA:

Foi presente o relatório de actividades da Câmara Municipal, respeitante ao ano de mil novecentos e noventa e nove, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante:

O senhor Presidente da Câmara explicou o teor da proposta, bem como da proposta de Conta de Gerência.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Álvaro Maio solicitou alguns esclarecimentos sobre os documentos em apreço.

José Luis Azevedo questionou sobre as discrepâncias legais relativas à competência para apreciação ou aprovação dos presentes documentos. Apresentou ainda algumas questões e teceu vários comentários sobre os mesmos documentos.

Às questões colocadas respondeu o senhor Presidente da Câmara.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E UM VOTOS A FAVOR, TRÊS VOTOS CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL RESPEITANTE AO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE.

JUVENAL SILVA APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Esposende - Votamos contra porque: O relatório é fantasioso por manipular a realidade, criando a falsa impressão que a actividade municipal é profícua, quando os factos demonstram o contrário. Na verdade o concelho encontra-se paralisado e adiado, enquanto a Câmara no relatório de actividades apresenta-o como um município em franco progresso e desenvolvimento. 1 – Educação: Afirma que os transportes e a recuperação de edifícios escolares constituem, de facto, os maiores investimentos na área da educação. Quanto aos transportes escolares mais não faz do que cumprir, com carácter mínimo de qualidade diga-se, aquilo que a lei obriga em termos de ensino básico, o que constitui o grosso dos gastos em transporte. Quanto à recuperação de edifícios escolares, devia a Câmara ter vergonha. Basta ver a situação escandalosa em que se encontra a escola primária de Esposende, transformada em ruínas municipais, não tendo o senhor Presidente cumprido a promessa que fez de colocar, pelo menos um telhado novo no edifício,

depois de a maioria ter recusado uma proposta do P.S. para incluir em Plano para o ano de mil novecentos e noventa e nove, uma verba para a recuperação da escola. 2 – Cultura Desporto e Tempos Livres: Muito havia a dizer quanto a este objectivo que é o verdadeiro projecto político desta maioria, que quase se reduz a doadora de subsídios para alimentar a crescente rede clientelar, contudo, realçamos dois pontos – conclusão da primeira fase da Escola Rodrigues Faria, em Forjães, e, aquisição de esculturas. No que respeita à primeira fase da Escola Rodrigues Faria, é no mínimo ridículo que só agora tenha sido concluída, arrastando-se a obra eleitoral de mil novecentos e noventa e sete, para obra eleitoral de dois mil e um; Quanto às esculturas, importa perguntar qual a razão de promover Simpósios da Pedra com escultores do concelho e depois ir comprar obras a outras terras? 3 – Acção Social: O investimento em acção social continua diminuto se tivermos em conta que Esposende é o concelho mais pobre do litoral norte de Portugal, o que levou aliás, a que o Governo aprovasse um programa de luta contra a pobreza em Esposende. 4 – Saúde: Quanto ao objectivo saúde, realça-se o despudorado oportunismo da maioria que afirma ter iniciado a construção do Centro de Saúde de Forjães, quando toda a gente sabe tratar-se de uma obra da responsabilidade total do Governo. 5 – Habitação, Urbanização e Urbanismo: Constata-se neste objectivo a total falência política desta maioria, que enquanto realça um ‘forte investimento em infraestruturas nos loteamentos de habitação social’, permuta os lotes de habitação social por terrenos para campos de futebol, desvirtuando os fins para que estavam destinados – A Habitação Social. Que estratégia de gestão é esta? Quais são os princípios que a regem? E que dizer da risível situação dos planos de pormenor de Esposende, Marinhas, Fão, Forjães e Apúlia, que apesar de o prazo contratual para a respectiva conclusão estar esgotado há anos ainda não terem sido aprovados? 6 – Saneamento e Salubridade: Neste objectivo regista-se, mais uma vez, que a grande acção camarária se resume a ser uma placa giratória dos fundos comunitários, com uma actuação meramente contabilística, transferindo as verbas que recebe daqueles fundos na sua conta e desta para a dos S.M.A.S. 7 – Protecção Civil – Como habitualmente, a atenção da Câmara à Protecção Civil é tímida, limitando-se como de costume à atribuição de subsídios sempre às mesmas instituições. 8 – Desenvolvimento económico e abastecimento público – Quanto a este objectivo, remetemo-nos para o que afirmamos em relação ao objectivo Saneamento e Salubridade. Contudo, importa ainda referir o seguinte: No que toca à Empresa Águas do Cávado a mesma está a revelar-se um importante sorvedouro dos fundos municipais, porquanto todos os anos se reforça o capital. No âmbito do Turismo, a maioria confessa a falência da sua iniciativa ‘Projecto Terras de Mar’, não obstante os inúmeros encontros gastronómicos que estiveram na base da sua promoção. Confessa ainda a maioria a sua total incompetência para desenvolver no concelho uma política de coerente desenvolvimento económico e fomento empresarial com todas as consequências que daí advêm para a fixação da população residente, para a oferta de emprego e para o crescimento da economia municipal. Como última nota neste item, impõe-se um comentário quanto à instalação da rede de gás natural. Depois de o Presidente da Câmara ter jurado em mil novecentos e noventa e sete e publicado no Boletim oficioso da C.M.E., que até ao fim desse ano seria instalado no

concelho a rede de gás natural, três anos após, ainda os esposendenses não usufruem de tão importante fonte energética. 9 – Comunicações e transportes – O investimento em vias municipais continua a ser insuficiente e a conclusão da estrada Antas / Forjães, constitui mais uma manifestação de falta de visão estratégica da maioria que perdeu uma oportunidade única de dotar com ligação capaz a sede do concelho à freguesia mais distante. 10 – Defesa do Meio Ambiente – Parte substancial do investimento do município neste objectivo, depende de transferências de verbas a efectuar pela APPLE, pelo que se trata de facto de obras desse organismo e não verdadeiras obras camarárias. Realça-se que neste objectivo a actuação camarária tem sido verdadeiramente desastrosa, não protegendo o ambiente, promovendo a construção em todos os espaços disponíveis a ponto de, por exemplo, em Esposende, não se encontrarem novos espaços verdes, de lazer, ou de utilização pública. 11 – Património Autárquico – No que respeita à aquisição de terrenos para a zona desportiva de Marinhas e Fão, tais aquisições, para as quais a Câmara diz ter feito um enorme investimento, foram feitas essencialmente com recurso a empréstimos de longo prazo, hipotecando o futuro das próximas gerações sem que se tenha feito um debate sério sobre o desporto no concelho e a necessidade real de infraestruturas desportivas e prioridade na sua concretização, cedendo à demagogia fácil e irresponsável. Mais grave ainda, é que com tal actuação a maioria revogou de facto o PDM em vigor, pois está a criar zonas desportivas em locais não previstos pelo Plano Director, uma vez que os terrenos comprados não se situam, quer em Marinhas, quer em Fão, nos locais definidos no PDM como zonas desportivas. Por último, a mais emblemática actuação da Câmara no âmbito do património, foi injustamente esquecida do relatório de actividades. Referimo-nos, claro está, ao famoso parque subterrâneo, sem acesso, e que apesar das larguíssimas dezenas de milhar de contos que já custou tal ‘buraco’ aos contribuintes, não consta que tenha outra função que não a de fonte de anedota constante por parte dos esposendenses. Quanto à Conta de Gerência e numa breve análise, podemos dizer que as receitas correntes têm crescido essencialmente à custa dos aumentos do FEF efectuados pelo Governo do P.S. e pelos brutais impostos estipulados pela maioria, como sejam a contribuição autárquica (taxa máxima) e as escandalosas taxas municipais como por exemplo as taxas de obras particulares. No referente às receitas de capital, as mesmas sofrem um aumento nas que dependem do FEF, e uma diminuição naquelas que dependem de fundos comunitários e dos contratos-programa, o que denota a inabilidade política da maioria. Mas o verdadeiro crescimento nesta área, depende do preocupante e nunca visto crescimento do endividamento da Câmara. Na verdade, estamos perante uma administração que consome exageradamente consigo os recursos disponíveis, pouco investe e o que investe está a ser feito à custa do endividamento que seria evitável para o investimento realizado, caso houvesse prudência na gestão dos recursos, e não estivéssemos perante uma Câmara autofágica. Não colhe a desculpa esfarrapada da maioria, segundo a qual é ainda grande a capacidade de endividamento da Câmara. Não fosse a alteração legislativa relativa aos critérios de aferição da capacidade de endividamento das autarquias e na presente data teria a Câmara de Esposende

já praticamente esgotado a sua capacidade. Por todas estas razões e por tantas outras que aqui poderíamos invocar, somos obrigados a votar contra." Seguem-se assinaturas.

AGOSTINHO NEIVA APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "Votamos favoravelmente os documentos em apreço, nomeadamente: Relatório e Contas de Gerência dos Serviços Municipalizados, Relatório de Actividades e Conta da Gerência Municipal com o mesmo empenho e contentamento que vêm sendo transmitidos ano após ano da gestão P.S.D. Os objectivos propostos foram atingidos e, de uma maneira geral as rubricas viram-se atingidas em níveis de percentagem entre oitenta e noventa e dois por cento de execução. Apraz-nos registar a continuidade do trabalho municipal, o seu rigor e acima de tudo o respeito pelos dinheiros públicos que se vêm representados em obras feitas. Destacamos ainda o próprio reconhecimento da oposição ao dizer clara e concretamente que 'o nosso concelho é dos que mais tem feito'." Seguem-se assinaturas.

03.03 – CONTA DA GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, RESPEITANTE AO ANO DE 1999 – PROPOSTA:

Foi presente a conta de gerência da Câmara Municipal, respeitante ao ano de mil novecentos e noventa e nove, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante:

As intervenções respeitantes ao presente assunto, foram proferidas aquando da apreciação do Relatório de Actividades da Câmara Municipal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E UM VOTOS A FAVOR, TRÊS VOTOS CONTRA E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR A CONTA DA GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, RESPEITANTE AO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE.

Ausentou-se definitivamente da sessão o membro José Maria Costa, depois de devidamente autorizado.

03.04 – POSTURA DE TRÂNSITO DE ESPOSENDE – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Foi presente uma proposta de alteração à Postura de Trânsito de Esposende, conforme deliberação do Executivo Municipal realizada em trinta de Março último, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante:

O senhor Presidente da Câmara explicou o teor da proposta:

Não se verificou qualquer intervenção.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO DE ESPOSENDE.

Ausentou-se definitivamente da sessão o membro Juvenal Silva, depois de devidamente autorizado.

03.05 – POSTURA DE TRÂNSITO DE FORJÃES – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Foi presente uma proposta de alteração à Postura de Trânsito de Forjães, conforme deliberação do Executivo Municipal realizada em trinta de Março último, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante:

Verificou-se a intervenção de Sílvio Abreu, que explicou o teor da proposta:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO DE FORJÃES.

03.06 – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE:

Foi presente um ofício remetido pelo Director do Centro de Saúde de Esposende, do seguinte teor: "Decorrente do Decreto-Lei nº 157/99, de 10 de Maio, tem este Centro de Saúde que eleger o Conselho Consultivo do Centro de Saúde. Assim, venho por este meio solicitar a indicação de um representante desse organismo, para ser membro efectivo do referido Conselho Consultivo do Centro de Saúde de Esposende." Segue-se assinatura:

Foi presente uma única proposta, apresentada pelo grupo do Partido Social Democrata, no sentido de ser nomeado o membro Manuel Mariz Neiva:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA E NOMEAR MANUEL MARIZ NEIVA COMO REPRESENTANTE DESTE ÓRGÃO NO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE.

03.07 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TARIFAS:

Foi presente a seguinte proposta da Câmara Municipal, conforme sua deliberação tomada em reunião realizada ontem: "Encontrando-se a empresa 'Águas do Cávado' pronta a iniciar o fornecimento de água ao concelho; Encontrando-se as redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais às freguesias de Palmeira de Faro, Curvos, Vila Chã, Marinhãs, Mar e Forjães em fase de conclusão; E tendo-se constatado existirem zonas dotadas de infra-estruturas para abastecimento de água e drenagem de águas residuais em que, e pese embora as várias campanhas de sensibilização até à data realizadas, não se verificou uma taxa de adesão satisfatória, pensa-se que tal facto poderá atribuir-se a factores de ordem económica. É, assim, altura de se delinearem estratégias de actuação, de forma a fomentar a adesão ao sistema do maior número possível de consumidores, no mais curto espaço de tempo. Neste sentido, foram efectuados vários estudos e analisadas várias hipóteses tendo em vista a prossecução deste objectivo, tendo-se chegado à conclusão de que seria mais vantajoso para os SMAS proceder à redução do custo das ligações, incentivando a população a aderir em massa. Esta metodologia, pensa-se, permitirá uma vantagem quer a nível ambiental quer a nível económico, na medida em que, não fazer qualquer redução poderá traduzir-se no fracasso em termos da concretização dos objectivos de adesão ao sistema. Neste âmbito importa referir que o sistema terá que estar em pleno funcionamento, quer haja uma boa adesão ou não, o que em termos de diluição dos custos fixos de manutenção se torna significativamente diferente. Assim, proponho: 1. Uma redução de cinquenta por cento no valor da ligação às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; 2. Possibilidade de pagamento deste valor em doze prestações, a debitar mensalmente no recibo da água; 3. Que esta campanha decorra entre os meses de Maio e Agosto de 2000."

O senhor Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos e verificaram-se as seguintes intervenções:

José Luis Azevedo e Álvaro Maio questionaram sobre o suporte legal da presente proposta.

Rui Agonia questionou se foram consultadas as Juntas de Freguesia, à qual respondeu afirmativamente o senhor Presidente da Câmara.

Usando novamente da palavra, José Luis Azevedo referiu estar a favor da campanha proposta, mas apresentou dúvidas sobre a sua legalidade.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM DEZASSETTE VOTOS A FAVOR E CINCO ABSTENÇÕES, APROVAR A REDUÇÃO EXCEPCIONAL DO TARIFÁRIO, NOS TERMOS PROPOSTOS, BEM COMO AS PROPOSTAS FRACCIONAMENTO DO RESPECTIVO PAGAMENTO E PERÍODO DE VIGÊNCIA DA CAMPANHA.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o senhor Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor António Fernando da Cruz Novo, de Forjães, que usou da palavra.

Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, na parte respeitante aos assuntos constantes do Período da Ordem do Dia, QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da presente sessão, que, depois de lida, na parte respeitante aos assuntos constantes do Período da Ordem do Dia, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

Sendo catorze horas e quarenta e cinco minutos, pelo senhor Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.